

Bird faz críticas ao comércio exterior

FLORA HOLZMAN

BRASÍLIA — Os especialistas do Banco Mundial (Bird) não acreditam, diante do atual quadro macroeconômico brasileiro, por eles considerado como extremamente negativo, no sucesso do programa de liberalização das importações do Governo. Isto porque a simples redução de tarifas, sem eliminação do controle cambial e conseqüente desvalorização do cruzado novo, não é suficiente para melhorar as relações comerciais entre o Brasil e a comunidade internacional.

Estas são algumas das conclusões do informe elaborado, este ano, por 12 consultores do Bird, para subsidiar as discussões em torno da possível aprovação do empréstimo setorial solicitado pelo Brasil, há dois anos, para reformular o sistema de comércio exterior. O **green paper** "Política comercial do Brasil: um caso para reforma" está sendo novamente debatido na Assembléia Geral conjunta do FMI e do Bird nos Estados Unidos, pois o pedido de empréstimo ainda está na gaveta.

Segundo o informe, há sérias distorções no comércio exterior, geradas principalmente pelo sistema de subsídios e incentivos, implícitos ou explícitos, a setores como a indústria automobilística, siderúrgica ou aviação, em detrimento de outros como a agricultura. O informe constata que o incentivo às novas indústrias e às exportações de manufaturados, aliada ao protecionismo concedido a estes novos setores, em nada contribuiu para o desenvolvimento de um parque industrial moderno, produtivo e competitivo.

A indústria brasileira é classificada de diversificada e sofisticada, mas com grande parte ineficiente. O do-

cumento admite que, durante um longo período, a política de incentivo às exportações de manufaturados gerou grandes superávits comerciais, mas os recursos serviram única e exclusivamente para os pagamentos dos juros da dívida externa, além de contribuir para a expansão da base monetária.

Segundo as estatísticas citadas no documento, o Brasil conseguiu gerar na década de 80, apesar da recessão mundial, um superávit comercial maior que o da Alemanha ou do Japão, em relação ao Produto Interno Bruto. Mas o relatório conclui que os recordes só foram obtidos em virtude da rápida expansão das exportações aliada à contração das importações, a despeito dos cortes drásticos de alguns subsídios.

Com a adoção, pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex), na última década, de medidas informais mas draconianas de controle cambial, as exportações continuaram a ser subsidiadas, apesar dos cortes, afirma o relatório. Um exemplo é o critério para a liberação das licenças de importação em moeda estrangeira à taxa oficial de câmbio, que extraoficialmente favorece empresas que apresentam recordes de exportação.

O Bird entende que este mecanismo encoraja os importadores a subsidiar suas exportações, por baixo do pano. O método é simples, bastando transferir para as suas próprias exportações a diferença entre a taxa de câmbio oficial — liberada para as importações — e o valor do dólar no paralelo. Além disso, como este "prêmio" aumenta à medida em que a oferta de moeda estrangeira fica mais escassa ou o cruzado novo se desvaloriza, este sistema informal de transferência incentiva a instabilidade da taxa real de câmbio e o subfaturamento das exportações.

MUDANÇAS QUE O BANCO MUNDIAL PROPÕE

Barreiras à importação devem cair

1 — IMPORTAÇÃO — Redução dos custos associados ao comércio, principalmente os que se aplicam às importações, e maior transparência, através de:

a) Redução drástica das barreiras não tarifárias, com eliminação do controle das taxas de câmbio e medidas que diminuam os efeitos negativos da supervalorização da moeda.

b) Punição para práticas ilegais como contrabando, sub ou superfaturamento, incentivadas pela defasagem entre o paralelo e as taxas de câmbio do comércio exterior.

2 — PROTECIONISMO — Redução do protecionismo e das discriminações por produto ou firma, através de:

a) A diminuição das barreiras não tarifárias a importações em geral e exportações de produtos agrícolas.

b) Maior esforço para reduzir as discriminações geradas pelo "sistema de preferências tarifárias".

c) Redução de variações e nível médio das tarifas.

3 — ESTABILIDADE — A política de comércio exterior deve ser estável, o que só será obtido a partir de:

a) Determinação da política macroeconômica.

b) Criação de um sistema de tarifas de valor agregado que substitua as barreiras não tarifárias, a ser adotado após a atualização e estabilização das taxas de câmbio).